



Ofício nº 7.026/2026 – via 1DOC

Referente: Resposta ao Requerimento 160/2026 – Vereador Edgar Eduardo Celestino.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Edgar Eduardo Celestino
Câmara Municipal de São Sebastião - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO	
São Sebastião, 20 de agosto de 2026.	
PROTOCOLO Nº	1395/26
DATA	09/09/26
HORÁRIO	09:49
VISTO	Phous

Cumprindo as determinações legais inerentes às disposições trazidas pela Lei Orgânica do Município, bem como a regra Regimental deste Poder Legislativo, reporto-me a Vossa Excelência, nobre Vereador(a), observando o prazo legal, nos seguintes termos:

A administração Municipal, através da Secretaria de Administração – SECAD e Secretaria de Saúde – SESAU, informa que:

1. Foi realizada análise técnica ou jurídica sobre a aplicação e os impactos da referida lei sobre os direitos dos servidores envolvidos, considerando a equiparação a profissionais de saúde prevista no art. 4º da Lei Federal?

A Administração Municipal vem avaliando os impactos da Lei Federal nº 15.250/2025 sobre a estrutura funcional existente, especialmente em relação aos servidores que desempenham atividades de condução de ambulâncias.

O Município possui, em seu quadro funcional, o cargo de Motorista, cuja estruturação e atribuições são anteriores à edição da referida legislação federal. Eventuais adequações estão sendo analisadas no âmbito dos estudos de reforma administrativa atualmente em desenvolvimento.

Cabe esclarecer que o art. 4º da Lei Federal nº 15.250/2025 considera os condutores de ambulância profissionais de saúde exclusivamente para os fins previstos no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, da Constituição Federal, que disciplina a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, observadas as condições constitucionalmente estabelecidas.





Essa previsão, portanto, não implica automaticamente alteração da nomenclatura, do enquadramento, da carreira ou da remuneração do cargo municipal de Motorista, sendo necessária a análise conjunta da legislação federal e das normas municipais que disciplinam a estrutura funcional.

No que se refere à capacitação, levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde constatou que os servidores atualmente incumbidos da condução de ambulâncias possuem os cursos especializados, treinamentos e capacitações exigidos, inclusive aqueles promovidos pelo Núcleo de Educação em Urgências – NEU, estando a documentação comprobatória dentro dos respectivos prazos de validade.

2. Há previsão de regulamentação municipal sobre a matéria, seja por meio de projeto de lei, decreto ou ato administrativo, para adequar o quadro funcional, as condições de trabalho e as capacitações periódicas às exigências da Lei Federal nº 15.250/2025?

A Administração Municipal está elaborando proposta de reforma administrativa, que contempla a revisão da estrutura organizacional, dos cargos, das respectivas atribuições e dos requisitos para seu provimento.

Os possíveis reflexos da Lei Federal nº 15.250/2025 sobre o cargo de Motorista, particularmente quanto às atividades de condução de ambulâncias, serão considerados nesse processo.

No momento, contudo, não é possível definir o instrumento jurídico ou a solução administrativa que eventualmente será adotada, uma vez que a matéria depende da conclusão dos estudos técnicos, administrativos e jurídicos em curso.

Quanto às capacitações, a situação atualmente verificada pela Secretaria Municipal de Saúde atende às exigências aplicáveis, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento dos requisitos legais e da realização das atualizações ou reciclagens que se mostrarem necessárias.





3. Em caso de identificação de servidores que ainda não cumprem os requisitos da Lei nº 15.250/2025, há plano de capacitação com custeio municipal e prazo definido para a regularização?

Até o presente momento, não foram identificados servidores atualmente incumbidos da condução de ambulâncias em situação de desconformidade quanto às capacitações exigidas pela legislação vigente.

Assim, não há, neste momento, necessidade de execução de plano específico de regularização. Caso seja constatada posteriormente a necessidade de renovação, atualização ou complementação de alguma capacitação, serão adotadas as providências administrativas cabíveis, mediante encaminhamento aos cursos pertinentes, observados os requisitos legais e os procedimentos administrativos e orçamentários aplicáveis.

A qualificação permanente desses profissionais será igualmente considerada no acompanhamento das exigências relacionadas à atividade, tendo em vista sua relevância para a segurança dos usuários, das equipes de saúde e dos próprios servidores.

Diante do exposto, a Administração Municipal vem acompanhando a aplicação da Lei Federal nº 15.250/2025 sob duas perspectivas: quanto à estrutura funcional, a matéria integra os estudos da reforma administrativa em elaboração; quanto à capacitação dos atuais condutores de ambulância, o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde não identificou, até o momento, situações de desconformidade.

Eventuais adequações decorrentes da conclusão dos estudos ou da atualização das exigências legais serão implementadas pelas unidades competentes, observados os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e segurança jurídica.

Atenciosamente, REINALDO ALVES
MOREIRA
FILHO:36947981883

Assinado de forma digital por
REINALDO ALVES MOREIRA
FILHO:36947981883
Dados: 2026.09.08 16:46:10
-03'00'

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO
PREFEITO

Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - CEP 11.608-114 - São Sebastião/SP

Tel.: (12) 3891-4507 – segov@saosebastiao.sp.gov.br

"Fiscalize o seu município" – www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br

